

Introdução

As narrativas mais comuns sobre grupos como o Exército Republicano Irlandês (IRA) fazem, de alguma maneira, conexões entre estas organizações e terrorismo, enfatizando que são organizações que promovem ações violentas contra o Estado, com o objetivo último e a longo prazo de derrubá-lo e tomar para si o poder estatal¹. Fazendo uso do terror, cuja característica principal seria sua imprevisibilidade tanto no que tange aos possíveis alvos – ninguém estaria a salvo – quanto no que diz respeito ao espaço – o campo de batalha seria virtualmente infinito – estes grupos têm como estratégia enfraquecer o adversário pela exaustão e desmoralizá-lo frente ao público, bem como minar o modo de vida do adversário de tal maneira que o enfraqueça o suficiente para a tomada de poder, ao mesmo tempo em que cada vez mais a opinião pública se alie à sua causa. Há clara oposição entre Estado e grupos não-estatais nessa narrativa, no que diz respeito à legitimidade do uso da força, ainda que alguns possam argumentar serem os Estados os maiores terroristas, a distinção aqui é entre organizações legítimas e ilegítimas.

É encontrado, ainda, nestas narrativas o modelo clássico e simplificado de ação revolucionária utilizado para descrever desde as revoluções Francesa e Russa – e, portanto, seus legados jacobinos e leninistas – até as revoluções anticoloniais do século XX. Dentro de uma relação assimétrica, um grupo numérica e materialmente mais fraco consegue derrubar o regime antigo através do uso “não convencional” da violência.

Sem dúvida, é precisamente desta maneira, como herdeiros desta linhagem revolucionária, a maior parte dos atores internos ao IRA definem e representam a si mesmos. Estas narrativas, internas e externas a estas organizações, fazem com que esta seja a maneira mais direta com que as representações midiáticas em

¹Vide as diferentes listas oficiais de classificação de grupos terroristas de inúmeros tipos no Reino Unido, Estados Unidos, União Europeia e ONU. Além das listagens oficiais, um bom indicativo da percepção geral acerca destes grupos como terroristas são os jornais que usam o termo em notícias relacionadas aos grupos ao longo do tempo.

consonância com tal representação consigam apelo popular – o terrorista e, em menor escala, o revolucionário. Grande parte das pesquisas acadêmicas dedicadas ao estudo destes grupos tende a fundamentar suas análises no imaginário de ação política radical ilegítima em oposição ao Estado legítimo.

É claro que há uma literatura abundante, com conceitos paradigmáticos, acerca das questões revolucionárias² que dá conta de muito da complexidade destes grupos³, e sua legitimidade, mas esta literatura se encontra mais às margens do que as dedicadas ao fenômeno do terrorismo (ilegítimo), que tiveram grande aumento e receberam centralidade a partir dos atentados de 11 de setembro. De qualquer forma, a maioria dos movimentos políticos é muito mais complexa do que o que é usualmente relatado, e o foco não pode ser reduzido a categorias que vêm sendo historicamente usadas como slogans ou rótulos políticos como terrorista. O caso do IRA não é exceção.

Em primeiro lugar, o Exército Republicano Irlandês é uma organização constituída de múltiplas partes e de muitas forças em competição. Dentro do movimento republicano irlandês podem ser encontradas diferentes facções, com diferentes visões do que é a natureza da política. A história do IRA é a história das várias disputas entre estas facções, disputas que moldaram agendas em comuns mais diversos contextos ao longo do tempo. Mesmo que se argumente a favor do uso de termos como terrorista para capturar alguns aspectos desta história, este termo simplifica e distorce as múltiplas práticas, identidades, ambições e funções do movimento republicano em geral e do IRA em particular. Do ponto de vista analítico, muito do que está em jogo depende do grau com que se consegue esquivar e evitar as caricaturas, os clichês e as manobras propagandísticas que são parte do complexo jogo político que precisa ser examinado. Desta maneira, é fulcral procurar resistir à ideia de que quaisquer referências ao IRA descrevem um agente unitário ao qual se possa atribuir ambições homogêneas.

² É importante lembrar que, apesar do foco aqui feito na esquerda revolucionária, não se deve deixar de ter em mente que a esquerda não é, necessariamente revolucionária. A própria menção aqui feita à esquerda revolucionária é uma grande simplificação, devido à restrição do espaço e do recorte da pesquisa. Para uma discussão acerca de revoluções dentro do campo da esquerda vide autores da nota seguinte. As definições de esquerda e de revolução não serão feitas aqui.

³ Marx, Lenin, Mao, e Guevara para citar alguns. No campo estritamente militar há ainda vasta literatura sobre guerra assimétrica, popular e de guerrilha, mas estes, em sua maioria, não abordam a complexidade interna dos atores, focando mais na sua estratégia.

Em segundo lugar, e talvez ainda mais importante, parte da complexidade que vem sendo capturada por uma diversidade de leituras sobre o IRA diz respeito a como o exército republicano expressa uma significativa reserva de autoridade política e atua a partir desta autoridade. O IRA deve ser tratado como uma expressão legítima de um povo – fraturado e plural como qualquer povo – e é tratado desta maneira tanto por autoridades britânicas quanto por outras autoridades, apesar do que discursos oficiais tentem esconder. Neste sentido, o IRA pode ser entendido em termos que são mais comumente associados a Estados; termos estes que não contrapõem a autoridade legítima do Estado à (não)autoridade ilegítima de uma organização terrorista antiestatal, mas que chamam atenção justamente para as similaridades de ambas as formas de organização política que incluem a competição entre noções diferentes do que seria uma autoridade legítima.

É sabido que o Estado foi ele próprio construído e mantido por práticas de violência a tal ponto que a definição por excelência do que é um Estado diz respeito ao seu monopólio do uso legítimo da violência, como Max Weber apresenta em seu “A Política como Vocação.” Desta maneira, não é coincidência que a narrativa que reduz organizações como o IRA a terroristas que devem ser combatidos, opostos ao Estado em termos de legitimidade e de agentes políticos, é precisamente a narrativa estadocentrista. Há a percepção do Estado como *locus* da segurança, dentro do qual devem ser combatidos quaisquer desafiantes.

Assim, tanto empírica quanto formalmente, é possível enxergar outras maneiras de se entender aspectos do IRA – e outras organizações semelhantes como o Hamas, o ETA, e as FARC, por exemplo – em termos que resistam às narrativas convencionais, aos discursos normativos em defesa do *status quo* do Estados, sobre violência estatal legítima em oposição à violência terrorista ilegítima, de maneira que se produza uma análise que venha a ajudar a entender o que é o Exército Republicano Irlandês e quais são suas práticas, se afastando do discurso daqueles que pretendem reivindicar autoridade sobre a violência e sobre a política; narrativas estas que acabam por despolitizar o uso da violência como ferramenta de contestação.

É neste contexto mais amplo que esta dissertação pretende explorar um conjunto específico de práticas que foram desempenhadas pelo IRA ao longo de um período histórico significativo, a partir de 1968 ao ano de 1981, focando mais especificamente em três eventos ao longo do conflito no Norte da Irlanda. Esta análise entende que o IRA pode ser compreendido como um ator legítimo com autoridade para o uso da violência e que promove serviços normalmente atribuídos ao Estado oficial, como proteção, transporte, pensões, e que pode ser pensado mais como uma espécie de Estado do que como um grupo terrorista.

Novamente, é sabido que a leitura do IRA enquanto grupo em franca oposição ao Estado é um aspecto significativo do autoentendimento do próprio exército republicano, expressado por muitos de seus voluntários e partidários em diversos contextos. Esta narrativa sempre teve grande apelo histórico e é, portanto, capaz de promover grande mobilização. Em diferentes eventos ao longo da história os diversos exércitos republicanos fizeram uso desta narrativa representando um Estado - republicano e (em diferentes níveis) socialista - ideal, a ser inevitavelmente alcançado.

Independentemente da importância e das consequências destes entendimentos em termos de ideologia, retórica e compromisso, esta análise irá focar em dois pressupostos relacionados entre si que podem estar implícitos em diversas formulações ideológicas, mas que são também extremamente significativos nas práticas do Exército Republicano Irlandês.

O primeiro pressuposto: se é o caso que o IRA pode ser compreendido como política autorizada, oficial e legítimo, parecido com um Estado, supor que esta autoridade provém, em parte, da sua capacidade de fornecer “segurança” para seus “cidadãos,” ou seja, de proteger uma população específica não somente externa como internamente. Esta questão de segurança – que de maneira alguma é a única – está especificamente presente nos debates que levaram à divisão do IRA no final dos anos 1960. O *Provisional IRA* (PIRA) surge em oposição ao *Official IRA* (OIRA) - que falhou na manutenção da segurança de sua população no final dos anos 1960 - procurando proteger esta população cujos direitos civis não estavam sendo garantidos pelas autoridades oficiais no que diz respeito a eleições justas, ao desemprego desigual, à política de moradia, direito de ir e vir, à vida, etc. Neste

ponto, a questão da proteção das áreas nacionalistas no Norte da ilha está no centro das disputas internas do IRA, porém outras questões que dizem respeito a direitos civis também são importantes.

Além do IRA, é amplamente aceita a tese de que o Hamas, por exemplo, é bem sucedido justamente porque consegue prover a sua população de uma maneira que o Estado (inexiste) não o faz. Em ambos os casos está implícita a noção (conservadora) de como uma comunidade política deve ser para estes grupos, nada diferente da noção moderna, já que eles não pretendem o fim do Estado moderno e a construção de alguma configuração pós-estatal pós-moderna, ao contrário, defendem justamente este tipo de noção moderna de Estado-nação.

O segundo pressuposto: se esta é uma interpretação aceitável, pode-se esperar que o IRA, assim como os Estados, seja constituído por facções rivais que competem entre si, fazendo uso de reivindicações e alegações sobre, por exemplo, segurança – sobre a segurança de identidades específicas, objetos referentes específicos, etc. – para favorecer as suas posições particulares no âmbito desta competição. Este tipo de análise, da competição de agências de segurança e instituições por legitimidade e poder no âmbito Estatal, é a direção tomada por Jef Huysmans e outros autores nos estudos contemporâneos de segurança. Esta literatura será mais bem detalhada e examinada ao longo desta dissertação.

Esta dissertação irá, primeiramente, desenvolver mais minuciosamente a argumentação aqui esboçada, através de uma elaboração sistemática ao longo do primeiro capítulo para então, em seguida, explorar a posição teórica adotada por Jef Huysmans em particular. Posteriormente, a análise fará uso de parte do trabalho teórico de Huysmans para explorar alguns aspectos particulares de como o IRA esteve operando especificamente como uma prática ou agência de segurança, através do estudo de três casos históricos que serão analisados com as ferramentas teóricas definidas no primeiro capítulo. Uma entrevista com um ex-líder do IRA feita em setembro de 2010 também será utilizada para ilustrar a análise. É claro que o IRA não pode ser reduzido simplesmente a uma agência de segurança, mas a proposta aqui é tentar observar ângulos diferentes, como este, do que é normalmente observado dentro de um recorte analítico específico.

A conclusão da análise será a afirmação da importância de uma leitura do IRA enquanto, também, uma prática de segurança, de maneira que se possa acrescentar às leituras já feitas e que possa ainda ser utilizada para a análise de outras organizações “terroristas” contemporâneas. Com isto, espera-se que se consiga evitar a deslegitimação de tais grupos enquanto atores políticos, não se partindo do princípio de que são atores ilegítimos e unitários, bem como se evitando definições que carreguem consigo um peso político deslegitimador. Por outro lado mais prático, em um âmbito burocrata e tecnocrata - e não normativo e idealista - as narrativas, tanto internas quanto externas a estes grupos, e que são endossadas pelos *experts* no assunto de segurança, também trabalham para justificar e legitimar seus próprios cargos e políticas dentro das disputas características de qualquer setor, seja estatal, seja não-estatal. Isto faz parte da complexidade de movimentos políticos de grupos como o IRA.

Mais especificamente:

Capítulo 1 - elaboração sistemática do que foi dito nesta introdução e, em seguida, será delineada especificamente aspectos construídos a partir da teoria de Jef Huysmans, especialmente focando nos aspectos da competição e lutas pelo poder das agências de segurança; as diferentes visões do político implícitas nesta competição; e os movimentos de legitimação e deslegitimação na política de (in)segurança e proteção. A importância de uma análise das práticas dos agentes de segurança é central na proposta de Huysmans, e tal análise voltada para a história sociológica das intuições de segurança ajuda a compreender parte da complexidade de organizações e movimentos políticos, ao contrário das simplificações normativas. A proposta inspirada em Huysmas será, então, utilizada para explorar três casos nos capítulos seguintes.

Capítulo 2 – primeiramente será analisado o aparecimento do *Provisional* IRA (PIRA) enquanto facção em discordância e disputa com o então IRA, posteriormente *Official* IRA (OIRA) especificamente no contexto do conselho de guerra e do *Sinn Féin* nos final dos anos de 1960 e início dos anos 1970 e, ainda, no contexto mais amplo de disputas entre o movimento republicano como um todo, o movimento nacionalista constitucional e os movimentos por direitos civis,

movimentos cujas áreas de atuação se entremeiam e se confundem por diversas vezes.

A partir do crescimento dos protestos por direitos civis católicos e as respostas dos governos local e britânico se inicia um período de grande efervescência na Irlanda do Norte e este capítulo tratará de analisar, fazendo uso da teoria de Huysmans, as disputas a partir das quais o PIRA emerge, disputas estas tanto internas ao exército e ao movimento republicanos quanto externas, entre movimentos antibritânicos que discordam especialmente sobre os meios, mas também sobre os próprios fins da luta que travam no Norte da ilha.

O capítulo analisará também a disputa pela memória de um dos eventos mais significativos da época, o Domingo Sangrento, quando 14 homens foram mortos pelo exército britânico que abriu fogo sobre uma manifestação pacífica em Derry. Os organizadores do protesto e o *Sinn Féin* passam a disputar este símbolo, a memória destes inocentes mortos. A partir deste momento, o PIRA se torna a agência de segurança hegemônica em relação às muitas outras agências que também aparecem neste contexto ligadas à proteção de uma população específica.

Capítulo 3 – Neste terceiro capítulo a atenção será voltada para mais um evento específico da história do movimento republicano onde as disputas entre grupos internos estão em evidência: a notória greve de fome dos prisioneiros republicanos de 1981 quando, exigindo a volta do *status* de prisioneiros políticos, 10 homens perderam suas vidas durante o protesto. O evento da greve por si só não é a questão mais importante nesta análise, mas os bastidores dos protestos ilustram a disputa entre a liderança mais conservadora do conselho de guerra e do *Sinn Féin* e a nova liderança que vem surgindo ligada a nomes como Gerry Adams, Martin McGuinness e Danny Morrison, que formulam, após o evento a estratégia dual que a partir de então seria seguida pelo movimento: a guerra seria travada juntamente com disputas eleitorais – e boicote às instituições estatais. A liderança do movimento sai definitivamente de Dublin e vai para Belfast.

Não são somente as rivalidades entre as facções internas que serão analisadas, mas, principalmente os momentos de coordenação entre as diferentes organizações nacionalistas e republicanas tanto no âmbito específico das prisões, onde membros do INLA e do IRA coordenam seus protestos, mas também no

âmbito mais amplo do apoio externo aos participantes das greves de fome e, especialmente durante as eleições de abril de 1981 que tiveram Bobby Sands como único candidato republicano, tendo o apoio das organizações mais críticas ao IRA e sua política violenta. É a partir do grande sucesso desta candidatura e do apoio nunca antes presenciado à causa dos prisioneiros que o *Sinn Féin* vai ganhar espaço no movimento, através da política dual que passaria a ser aceita pela base do movimento e que abriu o caminho para o processo de paz e integração do movimento na política estatal.

Conclusão – a conclusão demonstrará a importância de uma análise menos normativa que compreenda grupos como o IRA enquanto formas legitimadas de organização política, inseridas em um domínio de competição entre agências, assim como acontece nas organizações oficiais estatais e privadas analisadas nos trabalhos de Jef Huysmans. Suas ferramentas também podem ser utilizadas de maneira bem sucedida nas análises de grupos “não-estatais” ou “não-oficiais” que, como terá sido demonstrado, apresentam mais semelhanças com as agências e processos de disputas “estatais” ou “oficiais” do que estes admitiriam – o que faz parte do processo de legitimação e deslegitimação que garante seus *status*.